

mudanças climáticas com ênfase na mudança do uso da terra

Os debates sobre mudanças climáticas globais continuam cada vez mais relevantes para o Brasil, principalmente considerando os compromissos internacionais assumidos. Não há como negar a necessidade iminente da transição para uma economia chamada “verde” ou economia de baixa emissão de carbono.

Economia verde pode ser definida em termos de minimizar os efeitos adversos das atividades econômicas sobre os serviços ecossistêmicos globais, considerando o estágio de desenvolvimento de cada país e o uso de tecnologias inovadoras para o fornecimento de iguais oportunidades e prosperidade para todos. O grau em que o uso dos recursos naturais afeta serviços ecossistêmicos e as causas dos impactos adversos no meio ambiente não depende da quantidade de recursos usados, mas nas formas como são utilizados. O novo paradigma da intensificação da produção sustentável reconhece a necessidade de um setor agrícola/florestal produtivo e remunerado, ao mesmo tempo conservando os recursos naturais e contribuindo positivamente para a melhoria dos serviços ambientais.

A intensificação da produção sustentável deve ter como suas preocupações mitigar a mudança climática com a redução de emissões e contribuir principalmente para o sequestro de carbono nos solos. Deve considerar, ainda, a biodiversidade nos sistemas de produção agrícola/florestal, acima e abaixo do solo, para melhorar os serviços ecossistêmicos e manter a produtividade.

O tema é extremamente abrangente, mas, se pensarmos apenas no uso da terra, por si só este seria dos mais complexos. O uso da terra nos remete diretamente à sustentabilidade da capacidade produtiva do solo, que é um dos nossos mais importantes recursos naturais, como uma garantia de sobrevivência futura.

Tenho absoluta certeza de que toda a comunidade científica aceita essas colocações. O painel científico do PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, listou as 21 questões ambientais emergentes no século XXI. A governança, definida como “Estado de direito, transparência, responsabilidade, orientação por consenso, igualdade e inclusão, efetividade e eficiência e

prestação de contas nas questões ambientais”, aparece em primeiro lugar. Isso é apontado como a maior dificuldade para a transição para economias de baixo carbono. Uma reflexão sobre essa declaração mostra a complexidade do tema, que vai muito além das questões técnicas científicas. Dentre as áreas-chave da economia verde, ligada às questões agrícolas/florestais, estão o manejo eficiente dos solos, a manutenção da fertilidade e da matéria orgânica do mesmo, o uso racional dos recursos hídricos, a diversificação das culturas agrícolas e pecuária e um nível apropriado de mecanização.

Esses assuntos vêm sendo estudados por um longo período de tempo, e muitas das práticas desenvolvidas têm sido empregadas em diversas áreas do mundo, porém não na extensão necessária, especialmente considerando o caráter emergencial da redução da emissão de gases de efeito estufa no setor agrícola/florestal.

É necessário desenvolver estratégias para adoção em escala dessas práticas mitigadoras consolidadas. Estratégias não são apenas as práticas, mas políticas públicas com ênfase em capacitação, de tal forma que superem as resistências às mudanças nas práticas agrícolas/florestais para aqueles que trabalham na terra. Para que isso ocorra, remuneração é fundamental.

No segundo lugar do *ranking*, está a falta de profissionais capacitados para a economia verde. Esse aspecto é ainda mais complexo e depende de um esforço integrado de distintos setores da sociedade. Investimento em pesquisa e apoio a produtores para adoção de novas tecnologias só serão conseguidos com intensa integração entre todos os setores da sociedade envolvidos (setor público, privado, organizações não governamentais, universidades) a buscarem soluções que contemplem a todos de forma justa.

Embora avanços consideráveis tenham sido notados nessas interações, ainda são tímidos pela emergência e escala dos temas ambientais. Essa transição, baseada em informações e conhecimentos que direcionem corretamente as mudanças necessárias, depende de adoção de inovações tecnológicas fundamentadas em atividades de pesquisas básicas e/ou aplicadas, de caráter científico ou tecnológico.



O uso da terra nos remete diretamente à sustentabilidade da capacidade produtiva do solo, que é um dos nossos mais importantes recursos naturais, como uma garantia de sobrevivência futura. "

Rosana Clara Victoria Higa
Pesquisadora da Embrapa Florestas

